



Epitácio Pessoa

Usando faixas, estudantes manifestam-se contra os aumentos

# Universidades acusam Paraná de interferência

CURITIBA  
AGÊNCIA ESTADO

O Comitê de Defesa do Ensino Superior do Paraná denunciou ontem, em Curitiba, a tentativa do governo do Estado de abrir espaço para a ingerência política nas 22 faculdades, órgãos de ensino superior e universidades estaduais. O comitê, que representa uma comunidade acadêmica de cerca de 40 mil pessoas, contestou o projeto de lei do Executivo estadual que condiciona a administração dessas entidades às secretarias estaduais de Ensino Superior, Planejamento, Administração e Casa Civil.

O projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa e deve entrar em votação no plenário amanhã em regime de urgência. Sua aprovação, segundo o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Luis Carlos Bruschi, significará a centralização das decisões das universidades nessas secretarias, permitindo a interferência política e prejudicando o ensino.

Em reunião realizada ontem, os membros do comitê decidiram não reconhecer o secretário de Ensino Superior, Ascêncio Garcia Lopes, autor da idéia de centralização, como interlocutor nas negociações com o governo. "O que estamos reivindicando há muito é uma conversa com o governador Álvaro Dias e

um debate amplo, na Assembléia, entre governo e comunidade universitária", diz Lygia Pupadto, presidente do sindicato dos professores de Londrina.

O governo argumenta, a favor do projeto, a necessidade de controlar os gastos das universidades que o comitê considera "um argumento fraco, porque as universidades têm orçamentos aprovados pela Assembléia Legislativa e as contas fiscalizadas pelo Tribunal de Contas do Estado". Segundo Bruschi, "isso tudo é uma vontade pessoal do secretário Ascêncio de interferir na universidade de Londrina, onde foi o primeiro reitor". O secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Ascêncio Garcia Lopes, disse ontem que o projeto do governo em nenhum momento atinge a autonomia das universidades. Segundo ele, a Constituição estadual já garante essa autonomia.

Ascêncio destacou que o orçamento das instituições continuará sendo submetido à Assembléia Legislativa. "Apenas as suplementações dos recursos que o Estado repassa às universidades no decorrer do ano é que ficam submetidos à aprovação das secretarias de Fazenda, Administração, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia", disse. "A universidade não pode criar cursos novos e estabelecer promoções de professores, sem comunicar ao Estado quando este terá que pagar".